

A. I. N° - 000.888.633-4/02
AUTUADO - AURÉLIO GOMES & CIA. LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ MÁRCIO BRAGA BARRETO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 17.12.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0434-02/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. ESTABELECIMENTO FUNCIONANDO COM INSCRIÇÃO CADASTRAL CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovada nos autos a inexistência de motivo para cancelamento da inscrição estadual do autuado. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 25/01/2002, refere-se a exigência de R\$860,07 de imposto, tendo em vista que foi constatada falta de antecipação do ICMS relativo a operação subsequente, em virtude de o destinatário das mercadorias constantes nas notas fiscais, encontrar-se com a inscrição estadual cancelada.

O autuado alega em sua defesa que a empresa possui ECF desde 10/08/1999, e como prova de utilização do equipamento juntou aos autos xerocópias de fitas detalhe utilizadas nos exercícios de 1999 até 2002. Por isso, o autuado pede que seja cancelado o Auto de Infração atribuindo erro à SEFAZ por ter cancelado sua inscrição indevidamente. Disse que foi obrigado a pagar o imposto exigido para não sofrer maiores danos uma vez que necessitava das mercadorias para a sua comercialização. Por fim, argumentou que diante da documentação apresentada e ficando provado que o erro ocorreu da própria Secretaria da Fazenda, solicita a restituição do imposto e demais acréscimos recolhidos, no valor de R\$594,21.

O autuante apresentou informação fiscal, dizendo que apesar do curto espaço de tempo entre o cancelamento da inscrição e a lavratura do Auto de Infração, pressupõe que o cancelamento ocorreu por descumprimento de obrigação acessória pelo contribuinte, e a autuação provocou uma reação positiva do autuado que providenciou a reinclusão, corrigindo sua situação cadastral junto à SEFAZ. Disse que somente uma avaliação da documentação por colegas especializados em assuntos ligados a ECF, pode apurar se houve descumprimento de obrigação acessória ou um engano da SEFAZ, conforme alega o contribuinte. Se o cancelamento da inscrição estadual foi efetuado por equívoco, seguramente o Auto de Infração perderá sua base de sustentação, caso contrário, solicita que seja considerado totalmente procedente.

VOTO

De acordo com a descrição dos fatos, a mercadoria foi apreendida e exigido o imposto porque a inscrição estadual do estabelecimento destinatário consignado nas Notas Fiscais de números 0684 e 4436, fls. 03 e 04 do PAF, encontrava-se cancelada.

O autuado contestou a exigência do imposto, alegando equívoco da Secretaria da Fazenda em processar o cancelamento de sua inscrição, uma vez que empresa possui ECF desde 10/08/1999, e como prova de utilização do equipamento juntou aos autos xerocópias de cupons de leitura dos exercícios de 1999 até 2002. Por isso, o autuado pede que seja cancelado o Auto de Infração.

As mercadorias eram provenientes do Estado do Pará e estavam acobertadas por Notas Fiscais emitidas nos dias 22 e 23 de janeiro de 2002, sendo indicada no documento fiscal pelo emitente, a inscrição estadual, além de outros dados do autuado.

De acordo com o extrato SIDAT, à fl. 05 dos autos, o cancelamento da inscrição ocorreu em 21/01/2002, constando como referência o art. 171, XIII, do RICMS/97, entendendo-se que trata de falta de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF), nos termos do Decreto 7.636 de 21/06/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de ECF, estando previsto no art. 171, inciso XIII, do RICMS/97 que em caso de o contribuinte deixar de cumprir o prazo previsto no mencionado Decreto, deve ser cancelada a sua inscrição por iniciativa da repartição fazendária, o que implica não ser o estabelecimento considerado inscrito enquanto persistir a pendência, e por isso, foi exigido o imposto por antecipação, haja vista que a legislação estabelece que no caso de mercadorias adquiridas em outro Estado por pessoa não inscrita no cadastro estadual, o pagamento do imposto deve ser feito na primeira repartição fazendária, conforme art. 125, inciso II, alínea “a” c/c art. 426 do RICMS/97, e se o pagamento do tributo não for efetuado no primeiro posto de fronteira configura infração à legislação.

Entretanto, o autuado anexou aos autos, fl. 16, xerocópia da autorização de uso de ECF-MR, documento expedido pela Secretaria da Fazenda constando deferimento pela autoridade fazendária em 10/08/1999, juntando também ao PAF, por amostragem, xerocópias de diversos cupons comprobatórios das leituras realizadas no equipamento, desde 21/12/1999 até 07/01/2002, ficando demonstrado nos autos que inexistiu a falta de cumprimento à obrigação acessória de autorização para uso do equipamento.

Assim, entendo que não está caracterizada a infração apontada, haja vista que ficou comprovada a inexistência do motivo indicado no documento constante dos elementos cadastrais, à fl. 05 do PAF, para cancelamento da inscrição estadual do contribuinte.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 000.888.633-4/02, lavrado contra **AURÉLIO GOMES & CIA. LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de novembro de 2002.

FERNANDO ANTÔNIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR - JULGADOR